

DESAFIOS BRASILEIROS PARA A REVITALIZAÇÃO DA UNASUL: SERIA O ARCO DA ESTABILIDADE A SOLUÇÃO?

Kamilla Raquel Rizzi¹

Pedro Henrique Ribeiro Knippel do Carmo²

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi verificar como o diálogo com os países do chamado Arco da Estabilidade pode contribuir para a iniciativa brasileira de revitalização da UNASUL. Para tal, realizou-se um estudo transversal, utilizando o software Publish or Perish, a fim de identificar publicações sobre o tema, produzidas a partir de 2017 e livros sobre as áreas de segurança e defesa, da política externa brasileira e seu entorno estratégico. Além disso, foi elaborado um levantamento da posição dos países sul-americanos em rankings relativos à fragilidade do regime político e das instituições nacionais, identificando questões de delimitação de fronteiras, vulnerabilidade social, baixo desempenho da economia e porcentagem do PIB mobilizada para investimentos no setor de Defesa, todas constantes em bancos de dados internacionais. Ao final, verificou-se que mobilizar o apoio dos países do Cone Sul parece ser a estratégia mais viável para solucionar os problemas políticos, ideológicos e financeiros que, atualmente, impedem o avanço da cooperação regional.

Palavras chave: UNASUL; cooperação; Arco da Estabilidade; segurança; defesa.

1 Professora Associada III de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Santana do Livramento, RS, Brasil. Professora do corpo permanente do Mestrado em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (PPGRI/UFMS), Santa Maria, RS, Brasil. Pós-doutoranda em Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Catarina (PPGRI/UFSC), Florianópolis, SC, Brasil. Contato: Universidade Federal do Pampa. Rua Barão do Triunfo, 1048, Centro. CEP 97578550 - Santana do Livramento, RS - Brasil / kamillarizzi@unipampa.edu.br. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-8462-7497>. Responsável pela Escrita (análise e edição).

2 Especialista em Relações Internacionais pelo Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação (IBMR). Atualmente, é aluno do Mestrado em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (PPGRI/UFMS), Santa Maria, RS, Brasil. Contato: Centro de Ciências Sociais e Humanas. Av. Roraima, nº 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi. CEP: 97105-900 - Santa Maria, RS, Brasil / pedro.knippel@acad.ufsm.br. ORCID <https://orcid.org/0009-0006-8414-1549>. Responsável pela conceptualização, metodologia e escrita (rascunho original).

INTRODUÇÃO

A América do Sul é um subcontinente das Américas, que se estende por uma área de quase 18 milhões de quilômetros quadrados, e é ladeada pelo oceano Atlântico, a leste, e Pacífico, a oeste. Ela apresenta vasta diversidade física, biológica e climática, haja vista a existência, em seu território, de geleiras e desertos, além da maior floresta tropical do mundo. Essa riqueza geográfica contrasta com os índices de desenvolvimento apresentados pelos 12 países do subcontinente (MEDEIROS FILHO, 2014).

Em adição, ressalta-se que a região é marcada pela ausência de conflitos interestatais. Nesse contexto e considerando o conceito de estabilidade elaborado por Russett, Starr e Kinsella (2012), no qual estabilidade seria: “a propensão de um sistema integrado por Estados ao conflito armado”, pode-se inferir que a América do Sul seria uma região estável, já que não há o registro de guerras entre os países da região no passado recente. Paradoxalmente, ela tem altos níveis de violência intraestatal. Em adição, destaca-se que essa condição traz como consequências um processo de securitização de temas domésticos e internacionais; a expansão de atores e fenômenos vulneráveis à violência armada e ampliação das interfaces entre defesa e segurança, já que, cada vez mais, as Forças Armadas são chamadas para intervir em conflitos violentos que extrapolam as capacidades dos Órgãos de Segurança Pública (OSP) (VAZ, 2021).

Nesse ensejo, Vaz (2021) afirma que, no subcontinente, as principais causas do conflito violento são a instabilidade política e social no âmbito interno dos Estados; a fragilidade institucional; as disparidades econômicas e sociais e a criminalidade. Ademais, ele põe em evidência os fatores cardeais, que contribuem para a instabilidade política nos países sul-americanos. Por exemplo, no caso colombiano, o término do conflito armado contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) - e posterior acordo selado - criou uma escalada da violência no território nacional, pois, organizações criminosas passaram a buscar o controle dos espaços e recursos outrora sob controle daquela organização. Quanto ao Brasil, apontam-se os protestos ocorridos em 2013, cuja consequência foi o impeachment da presidente Dilma Rousseff - Movimento Passe Livre, Vem pra Rua, Revoltados On-line, Cariocas Diretos, etc. No Paraguai, o Exército Popular Paraguuaio (EPP) e seu braço armado, a Associação Camponesa Armada constituem a principal ameaça à estabilidade. A situação peruana

se agrava em virtude do recrudescimento dos conflitos entre o governo e o grupo terrorista Sendero Luminoso. A instabilidade chilena tem origem nos protestos, motivados pelas desigualdades econômicas e sociais, ocorridos no segundo mandato da presidente Michelle Bachelet, que se agravaram para confrontos com os OSP no governo de Sebastián Piñera. Por último, na Venezuela, tem-se um forte descontentamento popular motivado pela grave crise econômica, erosão do apoio político ao Governo e as disputas entre as forças chavistas e a oposição ao governo de Nicolás Maduro.

À luz desses fatos, Medeiros Filho (2014) propõe que, na América do Sul, há uma inversão do dilema de segurança originalmente proposto por Herz (1950), já que as atuais ameaças aos Estados não são originadas em políticas de poder de seus vizinhos, mas surgem da incapacidade deles em combater suas vulnerabilidades sociais. Portanto, a fraqueza de um país geraria desconforto nos demais, uma vez que o vizinho fraco, incapaz de controlar seu território, passaria a atuar como um polo irradiador de ameaças.

Considerando essas características, pode-se inferir que a América do Sul se enquadra na definição de complexo regional de segurança elaborada por Buzan e Wæver (2003, p.44) ou seja, a região é formada por “um conjunto de unidades, cujos processos de securitização, dessecuritização ou ambos é tão interligada que impede que os problemas relativos à segurança sejam analisados e solucionados de maneira individual.”. Outrossim, Medeiros Filho (2014) aprofunda essa análise ao afirmar que, segundo a teoria daqueles autores, as relações entre os países da América do Sul estariam situadas em um padrão de amizade/inimizade intermediário, ou seja, seriam um regime de segurança.

Quanto aos investimentos no setor de Defesa, é importante frisar que eles são relativamente baixos. A título de ilustração, em 2023, o montante sul-americano destinado à defesa foi de 50,7 bilhões de dólares, o que representou 2,07% do investimento mundial na área. Ademais, é importante salientar que apenas três países da América do Sul investiram valores superiores a 2% de seu PIB em defesa entre 2000-2023: Colômbia, Chile e Equador. Enquanto a Colômbia e o Equador foram motivados pelo conflito com narcoguerrilheiros, o caso chileno se deve a *Ley Reservada del Cobre*, que obriga que 10% do valor das exportações de cobre seja destinado a investimentos nas Forças Armadas (MEDEIROS FILHO, 2014; SIPRI, 2024).

No tocante à penetração de potências extrarregionais no subcontinente, atualmente, ela difere do período da Guerra Fria, pois é marcada por uma atuação mais direta, na qual não há a preocupação em se abster da presença e do emprego de meios militares no subcontinente. Nesse contexto, além de EUA e Rússia, é possível identificar uma aproximação chinesa. Essa penetração dá origem a uma heterogeneidade quanto às abordagens dos países aos seus desafios de segurança e de defesa. Por exemplo, a Venezuela assume os Estados Unidos como ameaça prioritária e visualiza uma hipótese de guerra assimétrica com a superpotência; para isso, o país caribenho mantém cerrada cooperação militar com a Rússia no plano da Defesa. A Bolívia, cuja principal ameaça à segurança nacional é o narcotráfico, está passando por uma mudança de postura em relação aos EUA. Durante o governo de Evo Morales, o país optou por se distanciar da superpotência e atuar de maneira independente. Esse fato se reverteu no governo interino de Jeanine Añez (novembro de 2019 a outubro de 2020), quando foi ensaiada uma reaproximação. Porém, com o retorno do Movimento Ao Socialismo (MAS) ao poder, espera-se que Luiz Arce adote uma postura parecida com seu antecessor Evo Morales, mas com maior presença e influência chinesa.

O Paraguai busca uma outra forma de solucionar o problema dos ilícitos: o país realiza esforços a fim de estreitar a cooperação com Argentina, Brasil e com os EUA e se mantém distante da China, já que o país possui valiosa parceria econômica com Taiwan. Enquanto isso, a Argentina ainda lida com a questão da soberania do arquipélago das Malvinas, destarte, seu maior desafio se localiza na dimensão territorial marítima; outrossim, o país possui, também, o status de aliada extra OTAN dos Estados Unidos, status que, até o presente momento não lhe auferiu nenhuma vantagem. Por fim, em meio a esse ambiente, o Brasil visa desenvolver capacidades dissuasórias no intuito de limitar a ação de potências extrarregionais em seu entorno estratégico. Entretanto, o país não identifica quais seriam essas potências estrangeiras e tampouco se abstém de manter, com elas, vínculos cooperativos no campo da segurança, sob diferentes formas e níveis de intensidade. (MEDEIROS FILHO; CARVALHO; VAZ, 2021).

O presente artigo visa identificar como o diálogo com os países do Arco da Estabilidade pode contribuir para a iniciativa brasileira de revitalização da UNASUL. Para isso, o texto está organizado em cinco seções, sendo a primeira, voltada às considerações iniciais acerca da América do Sul, seus países e os desafios encontrados nos campos da Defesa

e Segurança; em seguida, é abordado o conceito de Arco da Estabilidade, buscando situá-lo geograficamente e destacar como o processo iniciado na década de 1970 teve sucesso; a terceira seção trata sobre o Conselho de Defesa da América do Sul descrevendo sua composição, mecanismos de decisão, além de apresentar sumariamente os resultados obtidos nos primeiros anos de atuação do órgão; na sequência, apresentam-se os principais desafios ao estreitamento da cooperação regional, ou seja, à revitalização do Conselho de Defesa da América do Sul; por fim, há uma parte de considerações finais, a qual busca coadunar as informações apresentadas por cada uma das seções e oferece sugestões para solução da problemática em tela.

Quanto à metodologia, foi realizado um estudo transversal, utilizando o software *Publish or Perish*, a fim de identificar publicações sobre o tema, produzidas entre 2017 e 2024, além de livros sobre as áreas de segurança e defesa, da política externa brasileira e seu entorno estratégico enquanto pesquisa bibliográfica. Além disso, efetivou-se um levantamento de informações relevantes à fragilidade política e institucional; questões de delimitação de fronteiras; vulnerabilidade social; baixo desempenho da economia e porcentagem do PIB mobilizada para investimentos no setor de Defesa, todas constantes em banco de dados internacionais, como o *Institute for Economics & Peace; The Global Economy e Stockholm International Peace Research Institute*.

2 O ARCO DA ESTABILIDADE

Tanto Medeiros Filho (2014) quanto Medeiros Filho; Carvalho; Vaz (2021) afirmam que a maior parte das ameaças na América do Sul pode ser localizada na porção noroeste do continente. A título de ilustração, tem-se a região amazônica, onde as novas ameaças (crime organizado, ações terroristas ou a combinação de ambas) mais se assemelham às questões de defesa nacional. As características geográficas desta área, onde grandes vazios demográficos dificultam a presença do Estado, contribuem para esse complexo de insegurança. Em adição, há na região importantes focos de tensão como, por exemplo, a região do lago Maracaibo³ e a questão do Essequibo⁴ entre Guiana e Venezuela. Em complemento à região

3 Aqui, a tensão entre Colômbia e Venezuela é originada por conta da “delimitação da plataforma continental do Golfo da Venezuela ou Golfo de Maracaibo” (CABRAL, 2020)

4 Questão territorial, cuja origem pode ser traçada à independência da Venezuela. Esse país

amazônica, tem-se a região andina, na qual existe a questão fronteiriça entre Chile, Peru e Bolívia, que pleiteia uma saída para o mar perdida após a Guerra do Pacífico⁵.

Por outro lado, o Cone Sul demonstra relativo êxito no processo cooperativo, ocorridos nas décadas de 1970 e 1980, por iniciativa brasileira a fim de pôr fim à percepção de “vizinho-ameaça”⁶ que pautava as Políticas Externas à época. Nesse contexto, a Declaração de Iguazu (1985) e o Tratado de Assunção (1991) contribuíram para mudar o paradigma de percepção dos países fronteiriços. Em resumo, as medidas de controle de armamentos, realização de exercícios militares conjuntos, estreitamento das relações comerciais por meio do Mercosul e renúncia à aquisição de armas nucleares contribuíram para a redução das tensões entre Brasil-Argentina e Argentina-Chile (MEDEIROS FILHO, 2014).

Medeiros Filhos (2014) analisa as sub regiões da América do Sul e afirma que o Cone Sul apresenta resultado diametralmente opostos às regiões andina e amazônica, já que enquanto o primeiro é marcado pela redução das tensões e relativo êxito no processo de cooperação, as demais apresentam níveis de integração bem menos expressivos e tem, em sua área, importantes focos de tensão. Em virtude disso, o Complexo Regional de Segurança sul-americano pode ser dividido em duas regiões: o primeiro, o Arco da Estabilidade, corresponde à faixa atlântica do subcontinente; já o segundo, o Arco da Instabilidade, engloba o litoral pacífico e as regiões amazônica e andina, onde o tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro são responsáveis pelas crescentes taxas de violência. (VAZ, 2021).

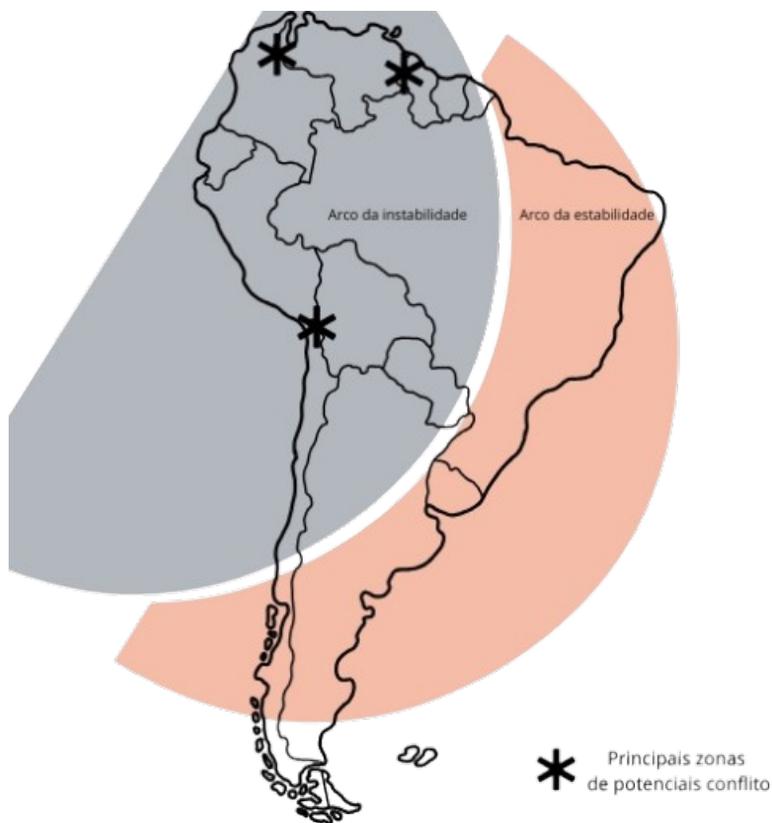
regional no Arco da Estabilidade e toda a Amazônia Legal no Arco da Instabilidade, fatores que podem ser justificativas para as respectivas características securitárias de cada subregião.

Ademais, pode-se observar que há também uma distinção nos campos econômico e político, já que os países integrantes do Arco da estab

considera que o rio Essequibo marca sua fronteira oriental, entretanto essa região representa 70% do atual território da Guiana e é rico em recursos naturais (BBC, 2024).

5 Conflito entre Bolívia, Chile e Peru, ocorrido entre 1879-1883, que teve como consequência a anexação da região do Atacama pelo Chile e perda do acesso ao mar por parte da Bolívia. Para maiores informações, consultar Alves (2022).

6 Situação na qual um país percebia seu vizinho como principal ameaça à segurança nacional. Na relação Brasil-Argentina, esse quadro era motivado tanto por tensões geopolíticas advindas da aspiração à liderança regional quanto pelo desconhecimento das capacidades militares do outro país. No tocante a Argentina-Chile, o ponto fulcral foi a disputa territorial pela porção austral do subcontinente. Para maiores informações, consultar Medeiros Filho (2014).

Figura 1 – Arcos da Estabilidade e da Instabilidade

Fonte: Medeiros Filho (2014) com base em Medeiros Filho (2009).

Observando a Figura 1, verifica-se que o Arco da Estabilidade é composto por Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai; já o Arco da instabilidade conta com Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai, Peru e Venezuela. Cabe o destaque de que a divisão proposta entre os dois Arcos deixa a maior parte do litoral regional no Arco da Estabilidade e toda a Amazônia Legal no Arco da Instabilidade, fatores que podem ser justificativas para as respectivas características securitárias de cada subregião.

Ademais, pode-se observar que há também uma distinção nos campos econômico e político, já que os países integrantes do Arco da estabilidade apresentam maior produto interno bruto (PIB).⁷ Em

⁷ Para mais informações, consultar: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>

adição, ressalta-se que aquelas nações localizadas na porção sudeste do subcontinente apresentam um índice de desenvolvimento humano (IDH)⁸ maior do que aquelas situadas na região noroeste e gozam de relativa estabilidade política em contraste com a agitação que assola seus vizinhos caribenhos. Outrossim, é possível constatar que a ausência de conflitos fronteiriços no Cone Sul implica numa percepção de ameaça mais branda, o que tem como reflexo uma menor parcela do orçamento nacional destinado para investimentos no setor de Defesa.

Tabela 1 - Dados sobre os países da América do Sul

País	Investimento médio no setor de defesa entre 2000-2023 (% do PIB)	Posição no ranking de paz do IEP ⁹ 2024	Posição no ranking de estabilidade política 2022 ¹⁰	IDH 2022 ¹¹	PIB 2023 ¹²
Argentina	0,83%	47°	96°	0,849	22°
Bolívia	1,75%	68°	117°	0,698	92°
Brasil	1,44%	131°	122°	0,760	9°
Chile	2,19%	64°	86°	0,860	45°
Colômbia	3,27%	146°	145°	0,758	41°
Equador	2,40%	130°	113°	0,765	63°
Guiana	1,26%	111°	94°	0,742	130°
Paraguai	0,91%	73°	93°	0,731	98°
Peru	1,42%	99°	135°	0,762	49°
Uruguai	1,98%	52°	19°	0,830	80°
Venezuela	1,26%	142°	168°	0,699	-

Fonte: Os autores, com base nos dados do IEP; SIPRI; The Global Economy;

8 Indicador que avalia as métricas de educação, riqueza e saúde de um país a fim de quantificar o desenvolvimento humano dele. Para mais informações, consultar: <https://www.undp.org/pt/brazil/idh>

9 O índice global da paz é produzido anualmente pelo Institute for Economics & Peace e considera o grau de militarização; conflitos domésticos e internacionais e nível de proteção e segurança da sociedade em geral.

10 Índice elaborado pelo site The Global Economy, que varia de -2,5 a +2,5. Ele é formulado com base em outros bancos de dados (Economist Intelligence Unit, World Economic Forum, Political Risk Services, etc) e visa quantificar a possibilidade de que o governo de determinado país seja deposto por meio de conflitos armados, além da propensão a atividades terroristas, tensões sociais e possibilidade de conflitos étnicos, religiosos ou regionais. Disponível em: https://www.theglobaleconomy.com/rankings/wb_political_stability/

11 Disponível em <https://worldpopulationreview.com/country-rankings/hdi-by-country>

12 Disponível em <https://datacatalog.worldbank.org/dataset/gdp-ranking>

World Population Review e World Bank.

Os dados constantes na Tabela 1 têm por objetivo exemplificar os pontos causais dos altos níveis de violência do subcontinente, ou seja, fragilidade política e institucional; questões de delimitação de fronteiras; vulnerabilidade social; baixo desempenho da economia e porcentagem do PIB mobilizada para investimentos no setor de Defesa. Após a análise dessas informações, pode-se inferir que os países que compõem o Arco da Estabilidade são de fato aqueles que apresentam o melhor desempenho, à exceção do Brasil. Quanto ao caso brasileiro, surgem como justificativas para sua posição no ranking a alta taxa de desigualdade social e econômica existente no país, que dão origem a outros complicadores, como o elevado índice de homicídios e crimes violentos e frequentes confrontos entre os órgãos de segurança pública e facções criminosas. Em adição, sugere-se a hipótese de que a região amazônica realmente é uma vulnerabilidade tanto para a defesa quanto para a segurança nacional. Outrossim, ressalta que a disparidade entre o país e seus vizinhos sul-americanos no tocante à população e à extensão territorial certamente é um fator limitante para a realização de comparações adequadas, já que ela impacta indicadores baseados em quantidades absolutas, por exemplo, número total de homicídios ou quantidade de agentes de segurança pública por habitante.

3. CONSELHO DE DEFESA DA AMÉRICA DO SUL

Em 2008, os chefes de Estado da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela assinaram, na Reunião Extraordinária de Chefes e Chefas de Estado e Governo, em Brasília, o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Essa organização possui personalidade jurídica internacional e visa promover a integração sul-americana por meio do desenvolvimento de uma identidade regional e aumento de sinergia nos setores cultural, social, econômico e político (BRASIL, 2008). Em adição, é interessante destacar que ela contrasta com a Organização dos Estados Americanos (OEA), uma vez que não há a participação dos Estados Unidos da América (EUA), superpotência global que sempre considerou o subcontinente como sua área de influência. (BUZAN; WÆVER, 2003; JAEGER, 2019)

Para atingir os objetivos propostos em seu tratado constitutivo,

a UNASUL está organizada nos seguintes órgãos: conselho de Chefes e Chefas de Estado e de Governo; conselho de Ministros e Ministras das Relações Exteriores; conselho de Delegados e Delegadas; secretaria geral; o conselho energético sul-americano e o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), cuja criação ocorreu em 11 de dezembro de 2008. O CDS é um órgão da UNASUL que trata de assuntos relativos à cooperação e coordenação regional de defesa, cuja competência é de caráter consultivo, ou seja, suas capacidades são limitadas a orientações e sugestões, destarte ele não poder impor suas decisões aos países membros. Tal delimitação de atuação encontra amparo na alínea “a”, artigo 3º da seção II do estatuto do órgão que define como um de seus princípios: o “respeito de maneira irrestrita à soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados, à não intervenção nos assuntos internos e à autodeterminação dos povos” (BRASIL, 2008, p. 66)

É interessante destacar, também, que o artigo supracitado traz como outros princípios de atuação do CDS a promoção da paz e resolução de eventuais controvérsias por meio do diálogo; a adoção de medidas de confiança visando homogeneizar o entendimento de defesa no continente e o reconhecimento do controle civil sobre os militares, além de estimular a defesa dos recursos naturais das nações signatárias. Para Vitelli (2017), a renúncia à violência como recurso para resolver disputas constitui um avanço significativo na cooperação regional. Em complemento, a autora destaca que, pela primeira vez, os ministros de estado da defesa, ou seus equivalentes, assumiram o protagonismo para tratar de assuntos atinentes à área e relegaram as autoridades diplomáticas ao segundo plano. Em consequência disso, o CDS criou uma dinâmica de interação transgovernamental envolvendo profissionais de defesa sem precedentes na cooperação de defesa sul-americana.

Já Teixeira Júnior e Silva (2017) identificam a criação do órgão como uma vitória política brasileira no ensejo de se tornar uma potência regional e consolidar sua liderança em seu entorno estratégico. A fim de angariar apoio para a proposta, o Presidente da República à época, Luiz Inácio Lula da Silva, solicitou ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim, que visitasse cada um dos doze países sul-americanos para discutir sobre o assunto e convencê-los da importância do tema. Outrossim, aquele ministro foi até os EUA, onde se reuniu tanto com o Secretário de Defesa daquele país quanto com a Secretária de Estado, respectivamente, Robert Gates e Condoleezza Rice, visando consultar aquela potência sobre a

proposta brasileira. Ou seja, ainda que os EUA não sejam um membro da UNASUL e, por consequência, do CDS, esse órgão possui a anuência daquele país (NETO; CAMARA, 2021).

Durante esse período, foram necessários, também, esforços no intuito de acomodar visões diferentes sobre o papel do nascente conselho como, por exemplo, a intenção venezuelana de criar a Organização do Tratado do Atlântico Sul, uma aliança militar, cujo funcionamento se daria de maneira análoga à OTAN, a fim de balancear a penetração americana na região e o ceticismo colombiano que, usufruindo dos benefícios do Plano Colômbia¹³, não acreditava que o CDS pudesse ajudar a combater as FARC com a mesma eficácia. (VAZ; FUCCILLE; REZENDE, 2017; VILLA, 2017; VITELLI, 2017). O desconforto causado pela proximidade entre EUA e Colômbia chegou ao ápice após a Operação Fênix¹⁴, uma vitória pírrica, cujo sucesso tático desgastou profundamente as relações diplomáticas entre Colômbia, Equador e Venezuela. Neste ensejo, o Brasil adotou uma postura pragmática visando balancear não só os EUA - que apoiaram a Colômbia - como também a Venezuela por meio de uma instituição e, dessa maneira, firmar-se como potência regional sul-americana.

Quanto à organização, ressalta-se que o CDS está estruturado em dois níveis: o primeiro deles, o conselho dos Ministros da Defesa é responsável por aprovar acordos discutidos em ocasiões anteriores, em duas reuniões anuais. Esse conselho é secundado por um Corpo Executivo, que é composto por “altos representantes das Relações Exteriores e da Defesa” (BRASIL, 2008, p.70) e liderado “pelas Vice-Ministras e pelos Vice-Ministros da Defesa, ou seus equivalentes.” (BRASIL, 2008, p.70). O Corpo Executivo é encarregado das atividades burocráticas do CDS, ou seja, planejar, coordenar, divulgar e registrar todas as atividades executadas sob a égide do conselho. Esse grupo, ressalta-se, tem se mostrado deveras mais ativo que o conselho ministerial - entre 2009 e 2015, ocorreram 15 encontros, sejam eles ordinários ou extraordinários. Como produto dessas reuniões, houve a criação de grupos de trabalho, conselhos consultivos e planos de ação. Nesse contexto, foram estabelecidos dois conselhos

13 Iniciativa multinacional, majoritariamente financiada pelos EUA, com o objetivo de pôr fim ao confronto com as FARC e promover o desenvolvimento econômico e social da Colômbia. Para maiores informações, consultar Veillette (2005)

14 Operação militar ocorrida em 1º de março de 2008, cujo objetivo era neutralizar Raúl Reys, integrante do alto comando das FARC. Como o ataque ocorreu em território equatoriano, houve aumento das tensões entre Colômbia, Equador e Venezuela que culminou na crise diplomática andina. Para maiores informações, consultar New York Times, 2008; Teixeira Júnior; Silva, 2017 e The Guardian, 2008.

consultivos ad hoc para lidar com dois projetos do CDS: a construção conjunta de uma aeronave para instrução de pilotos e a criação de um Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT) regional (VITELLI, 2017).

Um dos objetivos primários do CDS é o estabelecimento de uma abordagem comum no tocante à defesa regional. Nesse ensejo, o governo Argentino propôs, em 2009, a criação do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED), que passou a funcionar no começo de 2011, na cidade de Buenos Aires. O CEED implementou iniciativas visando desenvolver a confiança entre os países membros como, por exemplo, a tabulação dos gastos militares, o levantamento do inventário de material de emprego militar e o incentivo à publicação dos Livros Brancos da Defesa de cada um dos Estados participantes. Outrossim, foram desenvolvidas discussões e pesquisas acerca das estruturas comuns de defesa e segurança; comparações entre as instituições nacionais de defesa e análise dos recursos naturais estratégicos (NETO; CAMARA, 2020; VITELLI, 2017).

Por outro lado, os desafios ao sucesso do CDS surgem sob diversas facetas. Em primeiro lugar, destaca-se o ambiente de escassez de recursos que permeia a maioria dos Estados sul-americanos e obriga os governantes a priorizar investimentos, por isso, a vontade política em participar arrefece. A título de ilustração, é possível observar a situação de que todos os países membros são convidados a enviar dois delegados para o CEED, a fim de discutir assuntos relativos à defesa regional, entretanto, nem sempre essas posições são totalmente preenchidas. Alguns países mantêm apenas um delegado, enquanto outros designam o adido militar em Buenos Aires como membro do CEED, que passa a acumular ambas as funções. Na maior parte do ano, o Uruguai mantém seus delegados em território nacional e envia-os, mensalmente, à Argentina para que eles participem das reuniões. Colômbia, Bolívia e Guiana jamais enviaram delegados (VITELLI, 2017).

Além disso, é mister destacar a heterogeneidade das relações civis-militares nos Ministérios da Defesa (MD) nacionais. No caso brasileiro, o MD foi criado em 1999 e, em consequência da inexistência de uma carreira nacional de analista de defesa para civis, tem uma grande participação dos militares em seus quadros. À força disso, a liderança brasileira no Corpo Executivo do CDS é exercida por um oficial general do mais alto posto, o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Por outro lado, tem-se o caso peruano, cujo cargo de Ministro da Defesa é privativo dos civis, sendo vedado a um militar, até mesmo da reserva, ocupá-lo e o caso

chileno, no qual a função de subsecretário das Forças Armadas é exercida por um civil (CHILE, 2024; NASCIMENTO, 2020). Essa heterogeneidade resulta em diferentes graus de participação da sociedade civil nos processos decisórios relativos à defesa nacional e tem como reflexo a dificuldade de se criar uma mentalidade de defesa em países como o Brasil. Há que se considerar, ainda, que as medidas adotadas pelo CDS ainda são limitadas para se pensar a cooperação regional na área da defesa, pois são incipientes, já que não vão além da construção de confiança e não propõem nenhum avanço no processo de ampliação da cooperação regional (VITELLI, 2017).

Em paralelo às dificuldades já mencionadas, soma-se o esvaziamento da UNASUL, ocorrido a partir de 2017, e por conseguinte do CDS. Naquele ano, Ernesto Samper, o secretário-geral da organização, abandonou seu cargo em protesto ao impeachment da presidente Dilma Rousseff. Desde então, a organização está sem liderança efetiva e sem recursos para pagar suas despesas, e em consequência disso, o governo equatoriano tomou de volta o prédio onde se localizava a sede da UNASUL. Os problemas se agravaram em abril de 2018 após a suspensão voluntária de seis membros da organização (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru), motivada pelo imbróglgio da nomeação de um secretário-geral permanente. Como as decisões da UNASUL deveriam ser tomadas somente pelo consenso, o veto dos países, cujos governantes se identificavam com a esquerda política, à indicação do diplomata argentino José Octávio Bordón bloqueou o prosseguimento do processo e, em última análise, o funcionamento da organização. Em agosto do mesmo ano, o ministro do Exterior da Colômbia informou que o país havia tomado a decisão de se retirar do bloco, cumprindo uma promessa de campanha de seu presidente, Iván Duque (JAEGER, 2019).

Por meio do Decreto número 11.475, de 6 de abril de 2023, o Brasil formalizou seu reingresso na UNASUL (BRASIL, 2023), em consequência disso, o país terá o desafio de liderar seus vizinhos no ensejo de superar as diferenças ideológicas e, sob um viés mais pragmático, retomar o processo de integração regional. Em 30 de maio seguinte, ocorreu a Cúpula da UNASUL em Brasília, onde dez líderes da América do Sul se encontraram após convite do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, para discutir novos rumos para a integração regional¹⁵. O presidente Lula afirmou que

15 Os presidentes que estiveram na reunião: Alberto Fernández (Argentina), Luís Arce (Bolívia), Gabriel Boric (Chile), Gustavo Petro (Colômbia), Guillermo Lasso (Equador), Irfaan Ali (Guiana), Mário Abdo Benítez (Paraguai), Chan Santokhi (Suriname), Luís Lacalle Pou

“[...] não é preciso recomeçar do zero. A Unasul é um patrimônio coletivo. Lembremos que ela está em vigor e sete países ainda são membros plenos” (AGÊNCIA BRASIL, 2023), destacando o processo de retomada a partir do processo de “erros e acertos anteriores”, em clara alusão à necessidade de revitalização do grupo.

4. PRINCIPAIS DESAFIOS

Conforme apresentado na seção anterior, o Brasil pretende revitalizar a UNASUL, e por consequência, o CDS, a fim de retomar o processo de cooperação regional. Entretanto, para atingir esse objetivo o país deverá superar alguns desafios. O primeiro deles diz respeito às diferenças ideológicas que persistem entre os diversos países da América do Sul. Por ocasião da criação da UNASUL, prosperava no subcontinente a chamada “primavera sulamericana”, fenômeno no qual diversos países da região elegeram governantes alinhados com a esquerda política como, por exemplo Nestor Kirchner (Argentina); Evo Morales (Bolívia); Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil); Rafael Correa (Equador); Fernando Lugo (Paraguai) e Tabaré Vázquez (Uruguai). Essa proximidade ideológica permitiu o florescimento de uma agenda de cooperação que abordasse outros assuntos além das questões comerciais. Ocorre que, na década de 2010, esses governantes foram substituídos por outros mais alinhados à direita, que acreditavam que a UNASUL estava carregada de ideologia e, por isso, optaram por deixá-la (JAEGER, 2019; NETO; CAMARA, 2020).

A fim de substituir aquela organização, Brasil, Chile, Colômbia, Argentina, Equador, Peru e Paraguai se reuniram na cidade de Santiago - Chile, em março de 2019, e realizaram o lançamento do “Foro para o Progresso da América do Sul – Prosul”, cuja proposta é ser uma organização para diálogo e integração, sem conotação ideológica - e sem a participação da Venezuela -, que substituirá a UNASUL (ESTADO DE MINAS, 2019; INFOBAE, 2019). Com uma nova guinada parcial à esquerda, surgiu a oportunidade de fortalecer a UNASUL e suas organizações subordinadas, afinal, conforme destacado por Milz (2023), atualmente apenas Argentina, Equador, Paraguai e Uruguai são governados pela direita. Embora três desses países possam ser considerados “pequenos atores” sem grande peso político no cenário sul-americano, não seria possível criar um bloco regional sem a Argentina, atualmente liderada por Javier Milei.

(Uruguai) e Nicolás Maduro (Venezuela).

O segundo fator complicador para o sucesso do CDS diz respeito aos diferentes entendimentos que cada um dos países sul-americanos dá para o conceito de Defesa e, por consequência, o rol de missões atribuídas a suas Forças Armadas. Por um lado, o Chile, que juntamente com o Brasil foi um dos principais incentivadores do organismo, crê que é importante que o CDS limite seu escopo de atuação a um fórum, que favoreça o diálogo e a cooperação em assuntos atinentes à área de defesa, e evite abordar temas nebulosos como, por exemplo, a segurança pública ou o papel das Forças Armadas e tampouco evoluir para uma aliança militar contra algum país específico. (RIVERA, 2018). Já para alguns países do Arco da Instabilidade - notadamente Colômbia e Peru -, é importante que o órgão aborde assuntos relativos às novas ameaças como, por exemplo, o combate ao tráfico de drogas e aos delitos transnacionais ocorridos na região amazônica (MEDEIROS FILHO, 2014). No caso brasileiro, as duas últimas décadas marcaram a expansão do crime organizado em todas as regiões do país e a deterioração da segurança pública, o que demandou maior participação das Forças Armadas em operações de garantia da lei e da ordem (VAZ, 2021). Em uma direção diametralmente oposta à intenção chilena, a Venezuela busca, por meio da integração regional, criar uma Organização do Tratado do Atlântico Sul no intuito de balancear os Estados Unidos (VITELLI, 2017).

O terceiro aspecto diz respeito à esfera físico-geográfica, afinal, a América do Sul abriga a maior floresta tropical do planeta, que ocupa o território de nove países da região. Se por um lado, esse bioma constitui um pólo de biodiversidade e recursos naturais, por outro, ela é um obstáculo à presença do Estado, na medida que dificulta o monitoramento de atividades em seu interior, criando diversos vazios demográficos e largas faixas de fronteiras permeáveis. Essas características são exploradas por organizações criminosas e grupos terroristas que utilizam a floresta para se homiziar após cometerem delitos. Em adição, destacam-se também: a frágil infraestrutura física de circulação e baixa complementaridade econômica entre os países sul-americanos, óbices que se devem ao cenário geopolítico vigente até o final do século XX, no qual os países enxergavam os demais como ameaças. Nesse contexto, pode-se citar a adoção de diferentes bitolas ferroviárias pelos países da região, o que dificulta a integração logística (MEDEIROS FILHO, 2014).

Por fim, quanto ao aspecto político, é necessário ressaltar a fragilidade da agenda democrática no continente, o que produz como

consequência a baixa confiança política e como reflexo, a dificuldade na implementação de arranjos regionais; a fragilidade das instituições regionais, parcialmente motivada pelo receio dos Estados sul-americanos em perder parte de sua soberania e autonomia, cujo corolário disso é que os acordos entre países exigem o consenso, que, face a temas complexos (cita-se segurança e defesa), pode gerar estagnação. Além disso, existe a manutenção da desconfiança mútua residual, influenciadas por questões territoriais não resolvidas - por exemplo, a questão do Essequibo que tomou maior vulto em 2024 em virtude de declarações de Nicolás Maduro e a criação de uma nova província venezuelana (G1, 2024) -, pelo alinhamento (ou não) com os EUA, motivo que, ao lado de disputas territoriais, contribui para o acirramento dos ânimos entre Colômbia e Venezuela (VITELLI, 2017) e pelo receio apresentado pelos demais países da América do Sul de que a potência regional, o Brasil, desvirtue as instituições locais visando adotar iniciativas imperialistas para consolidar sua liderança na região (MEDEIROS FILHO, 2014).

Em síntese, verifica-se que os países do dito Arco da Estabilidade, ou seja, Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai estão envolvidos, em algum grau, em todos os pontos de limitação da cooperação do subcontinente (liderança política, principal missão das Forças Armadas, dimensão físico-geográfica e implementação de arranjos regionais.). Em adição, é conveniente destacar que esses Estados gozam de relativa estabilidade política quando comparados com seus vizinhos da região noroeste da América do Sul. Acerca da pujança econômica, ressalta-se ainda que Argentina, Brasil e Chile, ao lado da Colômbia, se destacam no âmbito regional econômica e politicamente. Além disso, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai são membros plenos do Mercosul, ou seja, eles participam do processo de tomada de decisão do órgão e têm a capacidade de propor políticas comuns para comércio, indústria, agricultura e assuntos sociais, não obstante, eles podem também elencar obras de infraestrutura. Tais propostas poderiam viabilizar a redução das desigualdades regionais e melhorar o escoamento de produtos autóctones. Por fim, os cinco países têm Forças Armadas estruturadas, com tradição na cooperação militar e de Defesa regional e extrarregional. A participação em exercícios militares internacionais poderia ser estendida a outros países da região no ensejo de reduzir a desconfiança e atenuar tensões históricas, bem como o avanço do compartilhamento de informações e experiências entre esses parceiros. Destarte, esclarece-se que a solução de eventuais diferenças entre os

países do Arco da Estabilidade por meio do diálogo contribuiria para a geração de um vetor de cooperação no âmbito regional capaz de aumentar a integração sul-americana.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A América do Sul apresenta grande riqueza natural e diversidade biológica que contrastam com os níveis de desenvolvimento dos países da região, em adição, não há no subcontinente conflitos interestatais. Portanto, os altos índices de violência da região são motivados, principalmente, por fatores endógenos como a instabilidade política e social; a fragilidade institucional; as disparidades econômicas e sociais e a criminalidade. Esses fatores dão origem a um ambiente favorável à ação de novas ameaças - notadamente o crime organizado e grupos terroristas com viés ideológico - que podem agir em vários Estados a partir de uma base de operações localizada dentro de uma nação mais fraca. Dessa maneira, há, na América do Sul, uma inversão da lógica do dilema de segurança de Herz (1950), no qual a ameaça passa a ser o Estado frágil ao invés daquele com intenções de obter hegemonia regional.

À luz dessas características, é possível revigorar a divisão regional em duas áreas: a primeira, o Arco da Estabilidade, composta pelo MERCOSUL estendido, engloba Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai e apresenta maior êxito nos assuntos ligados à cooperação e à integração regional, o que é evidenciado pelo estreitamento das relações comerciais por meio daquele mercado comum; pela realização de exercícios militares conjuntos e pela redução das tensões entre os principais atores - Brasil-Argentina e Argentina-Chile -. Já a segunda, o Arco da Instabilidade, engloba o litoral pacífico e as regiões amazônica e andina do subcontinente (Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai, Peru e Venezuela). Ali, localizam-se tanto os focos de tensão motivados por disputas territoriais, que tem potencial para evoluir para conflitos armados, quanto maior atividade de grupos terroristas e facções do crime organizado. Ao analisar dados abertos tabulados por organizações internacionais, verifica-se que há clara discrepância entre os dois grupos, notadamente nos indicadores que fazem alusão à fragilidade política e institucional; questões de delimitação de fronteiras; vulnerabilidade social; baixo desempenho da economia e porcentagem do PIB mobilizada para investimentos no setor de Defesa.

Em meio a esse cenário, o Brasil, visando consolidar sua posição como liderança regional e conquistar maior autonomia no cenário internacional, capitaneou esforços para criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). A assinatura do tratado constitutivo dessa organização marcou uma vitória política brasileira, pois, pela primeira vez surgia, no subcontinente, um organismo sem a participação formal dos EUA, embora a superpotência tivesse dado sua anuência à implementação do projeto. A UNASUL é composta por diversas estruturas, entre as quais se destaca o CDS, que é um canal para o diálogo sobre assuntos relativos à cooperação e coordenação regional de defesa, de competência consultiva, organizado em dois níveis: o primeiro deles, o conselho dos Ministros da Defesa, é responsável por ratificar acordos discutidos em oportunidades anteriores; o segundo, um Corpo Executivo é encarregado das tarefas burocráticas do CDS, ou seja, planejar, coordenar, divulgar e registrar todas as atividades executadas sob a égide do conselho. Apesar dos entendimentos divergentes acerca da temática Defesa e dificuldades financeiras, os primeiros anos de atuação do conselho foram marcados por resultados positivos, haja vista a adoção de medidas com o intuito de diminuir a desconfiança entre os países membros e criar uma abordagem comum no tocante à defesa regional. Entre essas iniciativas, cita-se a tabulação dos gastos militares, o levantamento do inventário de material de emprego militar e o incentivo à publicação dos Livros Brancos da Defesa de cada um dos Estados participantes, todas desenvolvidas pelo CEED. No entanto, a partir de 2017, em razão de fatores políticos, o secretário-geral da UNASUL renunciou e a organização começou a perder forças; em abril de 2018, houve a suspensão voluntária de seis membros da organização, entre eles o Brasil e, desde então, a organização está inoperante.

Em 06 de abril de 2023, o Brasil regressou à UNASUL. Entretanto, um ano após o retorno do país à organização, ainda não há registro de nenhuma atividade expressiva realizada pela UNASUL, além da Cúpula regional de maio de 2023 e das visitas bilaterais. Dessa maneira, visando cumprir seu objetivo político de consolidar sua posição como líder regional e, por consequência, diminuir a penetração de potências extrarregionais no núcleo duro de seu entorno estratégico, o país deverá angariar o apoio de seus vizinhos no ensejo de repovoar a organização. Para isso, ele deveria adotar uma abordagem pragmática e superar diferenças ideológicas com um dos maiores atores locais: a Argentina. Em adição, o país deveria estabelecer intenso diálogo a fim de acomodar diferentes visões sobre

o papel do órgão e dessa maneira dirimir eventuais atritos entre os participantes, notoriamente os entendimentos chileno e venezuelano.

Seria interessante ainda propor medidas com o objetivo de aumentar a fiscalização das fronteiras na região amazônica visando coibir a atuação de facções criminosas ou grupos terroristas na região. Por fim, no ensejo de aumentar confiança política e diminuir desconfiança mútua residual, o Brasil poderia agir também para atenuar as tensões provenientes de disputas fronteiriças - em especial a questão do Essequibo, entre Guiana e Venezuela - e aplacar temores dos vizinhos sobre iniciativas imperialistas brasileiras. Nesse contexto, cresce de importância a aproximação com os demais países do Arco da Estabilidade para convencê-los a tratar a América do Sul como área prioritária em suas políticas externas; angariar investimentos para viabilizar as ações aqui propostas; retomar as iniciativas formuladas pelo CEED para gerar uma abordagem comum no tocante à defesa regional e angariar apoio político para a recuperação da UNASUL.

BRAZILIAN CHALLENGES FOR THE REVITALIZATION OF UNASUR: WOULD THE STABILITY ARC BE THE SOLUTION?

ABSTRACT

The objective of this work was to verify how dialogue with countries in the so-called arc of stability can contribute to the Brazilian initiative to revitalize UNASUR. To this end, a cross-sectional study was conducted using the Publish or Perish software to identify relevant publications on the subject, produced since 2017, and renowned books on the areas of security and defense, Brazilian foreign policy and its strategic environment. In addition, a survey of information relevant to political and institutional fragility was prepared, identifying issues of border delimitation, social vulnerability, poor economic performance and the percentage of GDP mobilized for investments in the defense sector, all of which are contained in international databases. In the end, it was found that mobilizing the support of the Southern Cone countries seems to be the most viable strategy to solve the political, ideological and financial problems that currently impede the advancement of regional cooperation.

Keywords: UNASUR; cooperation; stability arc; security; defense.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Lula defende reforma da Unasul como mecanismo de cooperação. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-05/lula-defende-reforma-da-unasul-como-mecanismo-de-cooperacao> Acesso em: 18 set. 2024.

ALONSO, Juan Francisco. 'Não aceitaremos anexação do nosso território': a resposta da Guiana à lei aprovada pela Venezuela 'tomando' a região do Essequibo. BBC News Brasil. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgxdwe57w1vo>. Acesso em: 22 jul. 2024.

ALVES, Miguel Henrique Alexandre Dias. A Guerra do Pacífico (1879-1883): uma análise da fricção clausewitziana e seu impacto na estratégia. ENABED 2022. 2022. 15 p. Disponível em: https://www.enabed2022.abedef.org/resources/anais/19/enabed2022/1654809291_ARQUIVO_e29d31cb1f01b2726b90c11e79d815ed.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRODZINSKY, Sibylla. Guerrilla leader killed in Colombia. The Guardian . 2008. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2008/mar/01/colombia.terrorism>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BUZAN, Barry; WÆVER, Olan. South America: an under-conflictual anomaly?. In: BUZAN, Barry; WÆVER, , Olan. Regions and Powers: The Structure of International Security. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. cap. 10, p. 304-340.

CABRAL, Bento Paulos . A instabilidade no Arco Norte da América do Sul: O caso da Venezuela e suas implicações para a Segurança e Defesa do Brasil. Brasília, 2018 Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) - Universidade Nacional de Brasília. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/24332/1/2018_BentoPaulosCabral_tcc.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.

CHILE. Biografía Subsecretario para las Fuerzas Armadas. Subsecretaría para las Fuerzas Armadas. Disponível em: https://www.ssffaa.cl/indexebf7.html?page_id=2342. Acesso em: 22 jul. 2024.

ESTADO DE MINAS. América do Sul lança Prosul, novo bloco regional sem Venezuela. Estado de Minas. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/03/22/interna_internacional,1040289/america-do-sul-lanca-prosul-novo-bloco-regional-sem-venezuela.shtml. Acesso em: 22 jul. 2024.

G1. Essequibo: o que há no território da Guiana que a Venezuela tenta anexar, e como começou a disputa. G1. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/04/04/essequibo-o-que-ha-no-territorio-da-guiana-que-a-venezuela-tenta-anexar-e-como-comecou-a-disputa.ghtml>. Acesso em: 22 jul. 2024.

HERZ, John H. Idealist Internationalism and the Security Dilemma. *World politics*, v. 2, n. 2, p. 157-180, 1950. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/world-politics/article/abs/idealist-internationalism-and-the-security-dilemma/7094783665386FD81A25DF98C7EEC223#access-block>. Acesso em: 17 set. 2024. Acesso em: 22 jul. 2024.

INSTITUTE FOR ECONOMICS AND PEACE. 2024 Global Peace Index. IEP. 89 p. Disponível em: <https://www.economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2024/06/GPI-2024-web.pdf>. Acesso em: 29 out. 2024.

INFOBAE. Cierran Unasur: el Presidente de Colombia reveló que la reemplazará un nuevo organismo llamado Prosul. INFOBAE. 2019. Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2019/01/14/cierran-unasur-el-presidente-de-colombia-revelo-que-la-reemplazara-un-nuevo-organismo-llamado-prosur/>. Acesso em: 22 jul. 2024.

JAEGGER, Bruna Coelho. Crise e colapso da UNASUL: o desmantelamento da integração sul-americana em tempos de ofensiva conservadora. *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, v. 10, n. 49, p. 5-12, jan/mar 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/88358/52481>. Acesso em: 22 jul. 2024.

MEDEIROS FILHO, Oscar. Breve panorama de segurança na América do Sul. In: NASSER, Reginaldo Mattar (Org.); DE MORAES, Rodrigo Fracalossi (Org.). *O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e*

Atlântico Sul. Brasília: IPEA, 2014. 284 p. cap. 1, p. 23-42.

MEDEIROS FILHO, Oscar; CARVALHO, Guilherme Otávio Godinho de; VAZ, Alcides Costa. Geopolítica brasileira e o sentido da defesa na América do Sul. In: VAZ, Alcides Costa (Org.). O Brasil e os desafios à estabilidade no entorno estratégico brasileiro: disputa hegemônica, conflitos e violência. Brasília, DF: Trampolim Editora e Eventos culturais Eirelli, 2021. cap. 3, p. 82-112.

MILZ, Thomas. Uma guinada à direita na América do Sul?. Deutsche Welle. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/uma-guinada-%C3%A0-direita-na-am%C3%A9rica-do-sul/a-65570407>. Acesso em: 22 jul. 2024.

NETO, TOMAZ ESPÓSITO; CAMARA, LISA BELMIRO. Unasul e União Europeia: análise comparada em termos de segurança e defesa. Rev. Bras. Est. Def, p. 67-96. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75198/42120>. Acesso em: 23 jun. 2024.

RIVERA, Jorge Riquelme. Participación de Chile en el Consejo de Defensa Suramericano: moderación y pragmatismo. Relaciones Internacionales, n. 54, p. 87-105, 2018. Disponível em: <https://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/152754/Chile-participation-in-the-South-American-Defense-Council.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 jul. 2024.

RUSSET, Bruce; STARR, Harvey; KINSELLA, David. World Politics: a Menu for Choice. Cengage Learning, 2012, 480 p.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Brasil retorna à UNASUL. gov.br. 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/obrasilvoltou/respeito-e-dialogo/brasil-retorna-a-unasul#:~:text=Em%20decreto%20publicado%20em%206,Sul%2DAmericanas%20\(UNASUL\)](https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/obrasilvoltou/respeito-e-dialogo/brasil-retorna-a-unasul#:~:text=Em%20decreto%20publicado%20em%206,Sul%2DAmericanas%20(UNASUL)). Acesso em: 22 jul. 2024.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. Military Expenditure Database. SIPRI. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex>. Acesso em: 22 jul. 2024.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M.; SILVA, Antonio Henrique Lucena.

Explaining Defense Cooperation With Process-tracing:the Brazilian Proposal for the Creation of UNASUR South American Defense Council. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 60, n.2. 18 p, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/ttQbZz75G9RqWWkhG4y3w6h/abstract/?lang=en>. Acesso em: 29 jun. 2024.

THE GLOBAL ECONOMY. Political stability - Country rankings. The Global Economy. Disponível em: https://www.theglobaleconomy.com/rankings/wb_political_stability. Acesso em: 22 jul. 2024.

TRATADO CONSTITUTIVO DA UNASUL. Brasil, de 23 de maio de 2008. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/relacoes_internacionais/unasul/normativaa_unasula_2017.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.

VAZ, Alcides Costa. Estabilidade no entorno estratégico brasileiro: panorama e perspectivas. In: VAZ, Alcides Costa (Org.). *O Brasil e os desafios à estabilidade no entorno estratégico brasileiro: disputa hegemônica, conflitos e violência*. Brasília, DF: Trampolim Editora e Eventos culturais Eirelli, 2021, p. 22-52.

VAZ, Alcides Costa. Perspectivas da estabilidade regional à luz da implementação dos acordos de paz na Colômbia e da crise venezuelana. *Análise Estratégica*, v. 4. 8 p, Mar/maio 2017. Disponível em: <https://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExArE/article/view/1276>. Acesso em: 22 jul.2024.

VAZ, Alcides Costa; FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. UNASUR, Brazil, and the South American defence cooperation: A decade later. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 60(2). 21 p, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/HJQFGs3s9D766xGYyTJmJ3L/?lang=en>. Acesso em: 22 jul. 2024.

VILLA, Rafael Duarte . Brazilian Hybrid Security in South America. *Revista Brasileira de Política Internaciona*, v. 60(2). 22 p, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/3XrMsmCdZ6gTP6vRLYpVbsH/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 22 jul. 2024.

VITELLI, Marina Gisela. The South American Defense Council: the Building of a Community of Practice for Regional Defense. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/tG94KHHfSbnrkjsDyRsVdfl/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 22 jun. 2024.

WORLD BANK GROUP. GDP Ranking. Data Catalog. Disponível em: <https://datacatalog.worldbank.org/search/dataset/0038130>. Acesso em: 22 jul. 2024.

WORLD POPULATION REVIEW. Human Development Index (HDI) by Country 2024. *World Population Review*. Disponível em: <https://worldpopulationreview.com/country-rankings/hdi-by-country>. Acesso em: 22 jul. 2024.